

Brasília-DF, 13 de março de 2026

CNTI e NCST participam de ato em São Paulo contra caducidade da concessão da Enel



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) participaram, na manhã desta quinta-feira (12), de um ato público que reuniu mais de 5 mil pessoas, realizado na Praça do Patriarca, no centro de São Paulo, convocado pelo **Sindicato dos Eletricitários de São Paulo**. A mobilização reuniu trabalhadores e dirigentes sindicais em defesa dos empregos e da continuidade do serviço de energia elétrica no estado, diante das discussões sobre a possível **caducidade da concessão da Enel** proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).



Eduardo Annunciato "Chicão"

O ato reuniu eletricitários, trabalhadores de empresas prestadoras de serviço e representantes de diversas entidades sindicais, que destacaram a importância de preservar os postos de trabalho e garantir a estabilidade no fornecimento de energia para a população paulista. A mobilização ocorre em um momento considerado decisivo para o setor elétrico, diante das discussões sobre o futuro da concessão da empresa no estado.

Entre os participantes estiveram Eduardo Annunciato, "Chicão", presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e secretário de Educação da CNTI, e o secretário regional da CNTI, Eduardo Henrique Neves, além de trabalhadores e representantes de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ligados ao setor elétrico, que defenderam que qualquer decisão leve em conta os direitos dos trabalhadores e a continuidade do atendimento à população.





Brasília-DF, 13 de março de 2026

CNTI realiza 7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras em São Paulo com apoio da Nova Central

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES

- EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O FEMINICÍDIO.
- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
- FIM DA ESCALA 6X1

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo

DATA: 20/03 ÀS 09:0H

LOCAL: SEDE DA NCST - SP, R. SILVEIRA MARTINS, 53 - 1º ANDAR - SÉ, SÃO PAULO CEP: 01019-000

INFORMAÇÕES E TELEFONES:
CNTI SP: (11) 3105-7540
NCST SP: (11) 3271-6393

2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO- CNTI

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) apoia a realização do **7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo**, iniciativa promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). O evento acontece no dia 20 de março, às 9 horas, na sede da NCST-SP. O encontro reunirá trabalhadoras e lideranças sindicais para debater temas fundamentais para a classe trabalhadora, entre eles a defesa da vida contra o feminicídio, a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. A iniciativa busca fortalecer a participação das mulheres no movimento sindical e ampliar o debate sobre igualdade, direitos e melhores condições de trabalho.

A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Sônia Zerino, também exerce a função de secretária para Assuntos da Mulher, da Juventude e da Pessoa Idosa da CNTI, reforçando o compromisso da entidade com a promoção de políticas voltadas à valorização das mulheres trabalhadoras.

Durante o encontro, as participantes também serão recebidas por Cátia Laurindo, diretora de Assuntos da Mulher da Nacional e da NCST/SP, que acompanhará as atividades e dialogará com as trabalhadoras presentes.

Para a Nova Central, iniciativas como o encontro são fundamentais para fortalecer a organização sindical das mulheres e avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

INPC
Índice Nacional de Preços ao Consumidor
FEVEREIRO / 2026
0,56%

INPC ACUMULADO
12 MESES
DATA-BASE EM
MARÇO 3,36%



INPC tem alta de 0,56% em fevereiro, 0,17 p.p. acima do resultado observado em janeiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC teve alta de 0,56% em fevereiro, 0,17 p.p. acima do resultado observado em janeiro (0,39%). No ano, o INPC acumula alta de 0,95% e, na ótica dos últimos 12 meses, o índice ficou em 3,36%, abaixo dos 4,30% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2025, a taxa foi de 1,48%.

Os produtos alimentícios aceleraram de janeiro (0,14%) para fevereiro (0,26%). A variação dos não alimentícios passou de 0,47% em janeiro para 0,66% em fevereiro.

Quanto aos índices regionais, a maior variação ocorreu em Fortaleza (0,98%), influenciada pela alta dos cursos regulares (7,02%) e da gasolina (2,95%). A menor variação ocorreu em Campo Grande (0,07%), por conta do recuo da energia elétrica residencial (-5,31%) e do tomate (-10,71%).

Fonte: IBGE

Brasília-DF, 13 de março de 2026

Nova Central em defesa da economia brasileira



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) participa, junto às demais centrais sindicais do país, do Ato contra os Juros Altos, que será realizado no dia 17 de março, às 10 horas, na Avenida Paulista, nº 1804, em São Paulo (SP).

A mobilização reúne entidades do movimento sindical com o objetivo de chamar a atenção para os impactos das altas taxas de juros sobre a economia brasileira. Com o lema “Juros baixos, economia em alta”, o ato defende uma política econômica que estimule o crescimento, fortaleça a produção e amplie a geração de empregos.

Para as centrais sindicais, a manutenção de juros elevados dificulta investimentos, encarece o crédito e prejudica o desenvolvimento do país, afetando diretamente trabalhadores, empresas e o mercado interno.

O ato integra a agenda de mobilizações das centrais sindicais em defesa do crescimento econômico com geração de emprego e valorização do trabalho.

Fonte: NCST

**Câmara debate avanço da
pejotização e alerta para riscos à
Previdência e aos direitos
trabalhistas**

Audiência do Centro de Estudos e Debates Estratégicos reúne especialistas, sindicatos e parlamentares para discutir impactos econômicos, sociais e jurídicos da contratação por pessoa jurídica



A expansão da chamada pejetização — prática em que trabalhadores são contratados como pessoa jurídica em vez de empregados formais — foi tema de debate na Câmara dos Deputados, em audiência pública realizada, terça-feira (10), pelo Cedes (Centro de Estudos e Debates Estratégicos).

O encontro reuniu especialistas, representantes de entidades sindicais e parlamentares para discutir os efeitos da prática sobre o mercado de trabalho, a arrecadação pública e a proteção social no Brasil.

O debate integra estudo estratégico conduzido pelo Cedes sobre "impactos econômicos, tributários, previdenciários e trabalhistas da pejotização", fenômeno que tem se expandido nos últimos anos em diversos setores da economia.

A prática consiste na contratação de profissionais como empresas individuais ou MEI (microempreendedores individuais), substituindo o vínculo formal regido pela CLT. Embora alguns defensores apontem ganhos de flexibilidade e redução de custos, especialistas ouvidos na audiência afirmaram que o modelo pode resultar em precarização das relações de trabalho e perda de direitos sociais.

Precarização e perda de direitos

Representantes de entidades sindicais e institutos de pesquisa apresentaram dados indicando forte migração de trabalhadores do regime celetista para contratos como pessoa jurídica.

Segundo informações apresentadas no debate, 5,5 milhões de trabalhadores migraram do regime CLT para o modelo PJ entre 2022 e 2025, sendo que a maior parte passou a atuar como microempreendedor individual.

Parte significativa desses trabalhadores, segundo os

Brasília-DF, 13 de março de 2026

especialistas, continua exercendo as mesmas funções e para as mesmas empresas, porém sem garantias como férias, 13º salário, FGTS ou proteção previdenciária.

“A pejetização nada mais é do que uma artimanha imediatista para diminuir custos e, dessa forma, precarizar as condições de trabalho”, disse Rita Serrano, presidente do Diap. “Ela também vem como uma ilusão para o trabalhador de que ele vai ter controle sobre as jornadas e autonomia, quando na verdade boa parte dessas pessoas trabalha muito mais do que trabalharia com registro em carteira, e sob condições precárias”, alertou.

Para a vice-presidente da CTB, Valéria Morato, os efeitos vão além do impacto individual sobre os trabalhadores.

“A pejetização traz consequências negativas não apenas para os trabalhadores, mas também para as empresas e para a própria economia”, afirmou durante o debate.

Segundo ela, a disseminação desse modelo tende a reduzir a estabilidade do emprego e aumentar a vulnerabilidade social.

Impactos econômicos e fiscais

Especialistas também alertaram para os efeitos macroeconômicos da pejetização, especialmente sobre o financiamento da chamada Seguridade Social.

Dados apresentados na audiência indicam que a substituição de contratos formais por vínculos como pessoa jurídica reduz significativamente a arrecadação previdenciária e trabalhista.

Entre 2022 e 2025, estimativas apontam perdas de aproximadamente R\$ 70 bilhões para a Previdência Social, além de redução de R\$ 27 bilhões na arrecadação do FGTS e cerca de R\$ 8 bilhões a menos para o “Sistema S”.

Estudos citados no debate também sugerem que a pejetização irrestrita pode ter efeitos sobre a economia como um todo, incluindo queda potencial do PIB de até 0,6% e aumento do desemprego.

Além da perda de arrecadação, especialistas apontam que o modelo pode gerar distorções concorrenciais, vez que empresas que substituem empregados por PJ tendem a reduzir custos trabalhistas em comparação com concorrentes que mantêm vínculos formais.

Desafio regulatório

O estudo conduzido pelo Cedes busca compreender se a pejetização representa adaptação legítima às

transformações do mundo do trabalho ou se, em muitos casos, configura mecanismo de supressão de direitos historicamente consolidados.

Entre os convidados da audiência estavam representantes do Diap, Dieese, da Abrat (Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista), da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), da CUT e da CTB.

Para os participantes, o principal desafio é encontrar equilíbrio entre modernização das relações de trabalho e proteção social.

Especialistas argumentam que a transformação do mercado de trabalho — impulsionada por mudanças tecnológicas, novas formas de organização produtiva e crescimento de plataformas digitais — exige atualização do marco regulatório, mas sem enfraquecer direitos fundamentais.

Estudo estratégico

O debate faz parte de ciclo de audiências públicas que subsidiará relatório técnico do Cedes sobre o tema. O documento deverá apresentar diagnóstico e possíveis propostas legislativas para lidar com a expansão da pejetização no Brasil.

Criado para analisar temas estruturais e prospectivos, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos reúne parlamentares e consultores legislativos com a missão de produzir estudos capazes de orientar políticas públicas e decisões legislativas de longo prazo.

No caso da pejetização, o objetivo é oferecer ao Congresso subsídios técnicos para enfrentar um dos principais dilemas do mercado de trabalho contemporâneo: como adaptar a economia às novas formas de contratação sem comprometer a rede de proteção social construída ao longo das últimas décadas.

Fonte: Diap



AVISO DE PAUTA

FÓRUM DAS CONFEDERAÇÕES

marcada para o dia 18/03

CANCELADO

NOVA DATA SERÁ OPORTUNAMENTE DIVULGADA